

O ARMAZÉM DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SERRINHA: IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES PARA A COMERCIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

THE WAREHOUSE OF FAMILY FARMING AND THE SOLIDARITY ECONOMY IN SERRINHA: IMPORTANCE AND CONTRIBUTIONS TO COMMERCIALIZATION IN THE TERRITORY OF SISAL

Valterney Ferreira de Lima¹, Geusa da Purificação Pereira², Rafael Costa Guimarães Farias³, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos⁴

¹ Graduado em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- Campus Serrinha. E-mail: ivalterneyferreiralimafreire@gmail.com

² Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa- E-mail: geusapereira@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6843-8071>

³ Doutorando em Difusão do Conhecimento UFBA/IFBA/UNEB - E-mail: rafa_mr04@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3414-390X>.

⁴ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- Campus Serrinha. Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: dorafreitas2004@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3870-6271>

Recebido: 31/03/2022

Aceito: 06/04/2022

Publicado: 14/04/2022

RESUMO: O presente artigo analisa a importância da criação do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha para a comercialização dos produtos da agricultura familiar e fortalecimento da economia solidária no Território do Sisal da Bahia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento em diferentes sites de notícias sobre a criação, funcionamento e características do Armazém. Inicialmente, realizou-se um levantamento teórico a respeito da economia solidária e agricultura familiar destacando suas origens e importância. Na sequência, discutiu-se os mercados, sua importância e dificuldades de acesso da agricultura familiar, seguido da apresentação dos mercados institucionais e seu potencial para a comercialização dos produtos dessa categoria. Como resultado, concluiu-se que, a criação do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha constitui-se um importante espaço para a comercialização dos produtos da agricultura familiar não somente do território, mas também de outras regiões do estado da Bahia, que contribui para o escoamento de produtos da agricultura familiar e economia solidária e para a geração de trabalho e renda para a agricultura familiar do território e além dele.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Economia solidária. Armazém da Agricultura Familiar.

ABSTRACT: The present article analyzes the importance of creating the Serrinha Family Farming and Solidarity Economy Warehouse for the commercialization of family farming products and strengthening the solidarity economy in the Sisal Territory of Bahia. It is qualitative research carried out through bibliographical research and survey in different news sites about the creation, operation and characteristics of the Warehouse. Initially, there was a theoretical survey about the solidarity economy and family farming highlighting its origins and importance. Next, markets, their importance and difficulties in accessing family farming were discussed, followed by the presentation of institutional markets and their potential for marketing products in this category. As a result, it was concluded that the creation of the Serrinha Family Agriculture and Solidarity Economy Warehouse constitutes an important space for the commercialization of family agriculture products not only from the territory, but also from other regions of the state of Bahia, contributing for the sale of products from family agriculture and solidarity economy and for the generation of work and income for family agriculture in the territory and beyond.

Keywords: Family farming. Solidarity economy. Warehouse of Family Agriculture.

1. Introdução

A agricultura familiar, categoria social de relevante importância, tem papel fundamental para o desenvolvimento do país. De acordo com dados do último Censo, essa categoria social é responsável por grande parcela da produção dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros. Na lavoura permanente, a agricultura familiar respondeu por 48% do valor da produção de café e banana e, na lavoura temporária, por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017). Desse modo, além do uso dessa alimentação para o consumo das próprias famílias produtoras, a agricultura familiar também é responsável pela produção e distribuição de diversos alimentos que chegam às famílias brasileiras.

No entanto, a comercialização na agricultura familiar, apesar de sua grande importância, enfrenta diversas barreiras. As políticas públicas voltadas à categoria têm papel fundamental para minimizar esta que é uma das muitas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do país.

Nos últimos anos, algumas políticas públicas foram criadas e têm contribuído de modo significativo para o escoamento dos produtos advindos da agricultura familiar. Dentre estes, tem especial destaque o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estes programas possibilitam a comercialização de diversos produtos da agricultura familiar, beneficiando duplamente os agricultores envolvidos, os quais além da venda, também são, em muitos casos, consumidores desses produtos (GRISA E SCHNEIDER, 2015; SÃO JOSÉ, PEREIRA e OLIVEIRA, 2017).

Para além desses e de outros programas voltados à comercialização, a criação de espaços destinados especificamente a comercialização de produtos da agricultura familiar e economia solidária também merecem destaque, tais como as feiras da agricultura familiar, feiras agroecológicas e, em especial, os Armazéns de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Tais espaços viabilizam a operacionalização de cadeias curtas de comercialização, as quais permitem maior interação entre produtores e consumidores no comércio, baseado na venda direta dos produtos frescos ou da estação, sem intermediário ou reduzindo o máximo essa intermediação (CEPAL/FAO/IICA 2014).

O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha:...

Segundo Marsden, Banks e Bristow (2000) as cadeias curtas de comercialização estão divididas em três parâmetros, sendo elas: de proximidade espacial em que os produtos são produzidos e comercializados na mesma localidade, abreviando a distância entre produção e consumo; espacialmente estendida, nela os produtos podem ser comercializados fora do local de produção, porém são levados em consideração a história do produto e a cultura do local de origem e face a face, cadeias em que não há a participação de atravessadores, ou seja, existe uma ligação direta entre produtor e consumidor.

No processo de comercialização e inserção no mercado, a cooperação entre os agricultores colabora para o fortalecimento da categoria, dando margem a um modelo econômico que tem por base a solidariedade, ajuda mútua e autogestão: a economia solidária, a qual pode contribuir significativamente para a desenvolvimento da agricultura familiar e ampliação das oportunidades de sua inserção no mercado.

Nessa lógica, este trabalho tem por objetivo analisar a importância da criação do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha para a comercialização dos produtos da agricultura familiar e fortalecimento da economia solidária no Território do Sisal da Bahia. Para tanto, buscou discutir sobre a agricultura familiar, a importância e dificuldades da comercialização; compreender a política de criação do Armazém e identificar as contribuições deste para a comercialização da agricultura familiar.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, que busca obter maior familiaridade com o problema pesquisado (GIL, 2002). Sua operacionalização foi feita por meio de pesquisa bibliográfica que buscou como fonte de dados principais informações referentes à criação, funcionamento e características do Armazém de Agricultura Familiar e Economia Solidária em diferentes sites de notícias. Além disso, utilizou-se também informações de livros e artigos científicos para fundamentar a escrita do trabalho.

2. Conceituando a economia solidária

A economia solidária é definida sob diversos pensamentos, conforme várias ideologias de diferentes autores. Para Singer (2002) esse termo se refere a um movimento que visa um modo de produção fundado nas características em grupo ou por meio do capital, de modo que, todos possam se beneficiar mutuamente. Já para Barretos Lopes e Paula (2011) a finalidade da

economia solidária vem como uma opção de geração de renda, inserção dos indivíduos dentro do mercado de trabalho e também possibilitando mudanças sociais.

Complementando a abordagem dos autores o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NUMI-ECOSOL, S/A) destaca que a economia solidária é uma forma de produção, distribuição e consumo que busca a valorização do ser humano de forma igualitária, não só visando o capital, mas também a história do produto, a cultura e os aspectos sociais dos envolvidos. As organizações de economia solidária se distinguem por adotar as práticas de autogestão, valores solidários, a divisão equitativa dos resultados entre os colaboradores, assim como a repartição justa dos ganhos e também a produção de forma ética e sustentável a beneficiar os consumidores e produtores.

Na perspectiva de Singer e Souza (2003) a economia solidária é caracterizada como uma maneira de produção e fornecimento em alternativa ao capitalismo. Esse modelo foi desenvolvido a partir da articulação de diversos sujeitos sociais, configurando-se uma resposta às transformações do mundo do trabalho (CARVALHO, 2011).

A economia solidária surge como uma alternativa de produção em resposta ao capitalismo e se expõe como um movimento social. Esse movimento tem como objetivo principal o desenvolvimento humano trazendo a harmonia entre os aspectos social, político e econômico. Nessa perspectiva, Aleixo (2015) diz que a economia solidária se compara com a economia social, dessa maneira evita o desmembramento entre o quadro econômico, social e político, pois a junção dessas três proporções é inerente à economia solidária.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (2003), a economia solidária estabelece um alicerce com vistas a um progresso sustentável, para uma integração humanizadora, sobretudo justa e direcionada ao bem estar racional das necessidades e condições de vida de cada indivíduo. Portanto, a importância central da economia solidária se dá pelo trabalho desenvolvido, o conhecimento e a valorização humana, e não o capital e suas distintas formas.

De modo geral, a economia solidária se descreve por vínculos de colaboração solidária, práticas de produção, consumo, comercialização e autogestão, estimuladas por princípios culturais que evidenciam os indivíduos, ou seja, o ser humano como personagem principal na luta por uma sociedade mais igualitária, com foco na produção sustentável e preservação do meio

O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha:...

ambiente para as gerações futuras. Portanto, apesar de haver várias hipóteses conceituais elaboradas por muitos autores sobre a economia solidária, estas convergem no sentido de que a economia solidária tem a finalidade de conceder a autonomia dos interesses de cada indivíduos e desempenha um papel social, prezando pela organização a partir de fatores humanos para o fortalecimento das relações e dos laços sociais, sendo reconhecida por meio da solidariedade autogestão e autonomia (LECHAT, 2002).

2.1. Origens da economia solidária: breve contextualização

De acordo com Singer (2002), a economia solidária surgiu no início do século XIX a partir de ações desenvolvidas por operários como busca para solucionar os problemas relacionados ao desemprego e à pobreza. Complementando, Carvalho e Pires (2001) afirmam que nessa época ocorreu a implantação da produção fabril, visto que, foram desenvolvidas inovações técnicas e organizacionais articuladas, com o principal intuito de produção e consumo em larga escala.

Segundo Carvalho e Pires (2001) as mudanças que ocorreram a partir do final do século XIX e início do século XX teve a implantação da produção fabril e, como base de gestão, o princípio do Taylorismo e do Fordismo na escala do gerenciamento do trabalho, colocando de maneira definitiva a divisão entre sua formulação e execução, sendo: a execução compreendida como trabalho fracionado em que o operário fazia todo o serviço sobre uma rígida determinação, a qual não necessitava de quaisquer qualificações, ou seja, feito pelo chão de fábrica. Já no trabalho de formulação era preciso alta qualificação ao serviço, sintetizando todas as atividades exercidas pela administração, manutenção, programação e configuração do produto a ser vendido.

O desenvolvimento da economia solidária tem seu início logo depois do capitalismo industrial em respostas às más condições de trabalho vivenciadas à época. Uma das primeiras ações de destaque desse cenário foi realizada por Robert Owen, dono de um complexo têxtil, que tinha um modelo diferente de administração, oposto às outras empresas que exploravam seus trabalhadores. Dentre as ações de diferenciação na condução do trabalho desse socialista, destaca-se a redução da carga horária dos trabalhadores, proibição do emprego de crianças, a construção de escolas para as crianças e aldeias cooperativas. Com isso, houve um aumento do

valor na folha de pagamento, o que refletiu também em aumento na produção e na lucratividade da empresa (SINGER, 2002).

No Brasil não foi muito diferente, o termo “economia solidária” ganhou popularidade, sobretudo a partir da década de 1980 como reação ao desemprego em massa e nova estruturação da organização do trabalho (FRANÇA FILHO, 2006). De acordo com Santos (2014), no início da década de 1980 no Brasil a crise financeira afetou diversas empresas que passavam por dificuldades, dentre as quais: manter a folha de pagamento dos funcionários em dia. Aliado a isso, havia também a dificuldade para encontrar outros locais disponíveis para trabalhar. Desse modo, os próprios trabalhadores decidiram se juntar para administrar as empresas e assim conseguir alguma receita (SANTOS, 2014).

Ainda de acordo com Santos (2014), baseado em informações do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a economia solidária começa a ganhar destaque no Brasil a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e também com a combinação de cooperativas populares e rede de produção e comercialização e com as feiras de cooperativismo e Economia Solidária. Uma dessas iniciativas foi a empresa do ramo de calçados Makerli que na década de 1990, para não deixar a empresa fechar as portas, os próprios funcionários se uniram em forma de cooperativa para tentar manter a organização em funcionamento. Portanto, assim, ocorreu a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), no ano de 1994, que significou a consolidação do modelo econômico solidário no país.

Nesse contexto, Gaiger (2013) aponta que a popularização da expressão “economia solidária” no Brasil se deu ao longo dos anos de 1990, à medida que despontava iniciativas econômicas no país, as quais se destacavam por suas práticas de autogestão, cooperação e sua natureza associativa, abrangendo com sua expansão distintas categorias sociais e modalidades tais como “unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito” (GAIGER, 2013, p.211). Já de acordo com Alcântara (2005), o movimento da economia solidária veio ganhar destaque no Brasil depois da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2003, a qual, no entanto, foi extinta em 2019.

O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha:...

Dentre as diversas categorias sociais que movimentam a economia solidária no Brasil, destaca-se aqui a agricultura familiar e suas diversas formas de organização (cooperativas, associações, grupos informais, etc). Assim, antes de discutir os dados em si, é importante conhecer e compreender o que é e como se organiza essa categoria social.

3. A agricultura familiar: uma categoria social diversa

A discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, sendo utilizada com mais frequência pelos movimentos sociais rurais, órgãos governamentais e segmentos do pensamento acadêmico, com destaque para os estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. A emergência da expressão "agricultura familiar" no Brasil se dá a partir de meados da década de 1990 (SCHNEIDER, 2003).

Segundo Schneider e Cassol (2013) antes da década de 1990, a própria menção à agricultura familiar era algo quase que inutilizável, sendo as expressões “pequenos produtores”, “produtores de subsistência” ou “produtor de baixa renda” comumente utilizadas para designar essa categoria social. Vale ressaltar também que anterior a essa década, a agricultura familiar ainda era muito invisibilizada e não tinha o seu real valor reconhecido, pois era exercida às margens das grandes propriedades e, nesse período, não existia ajuda de políticas públicas ao seu favor. Após a década de 1990 ocorreram algumas modificações de políticas econômicas e sociais que gerou espaço para agricultura familiar (MATTEI, 2014).

Um importante marco para a agricultura familiar foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), fruto de reivindicações dos movimentos sociais e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, criado em 1996, tendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura- CONTAG como organização fundamental nessa conquista. Essas transformações tornaram possível à CONTAG mostrar propostas de políticas de crédito diferenciado para a agricultura familiar, que contou com o apoio de entidades parceiras. Essa criação teve como objetivo ou intenção impulsionar o desenvolvimento sustentável do meio rural, tendo como benefício um aumento na capacidade produtiva e deu margem para o surgimento nos anos posteriores de outros programas voltados aos agricultores familiares (CONTAG, s/a).

Outro importante marco para a agricultura familiar foi a criação da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Esta, em seu Artigo 3º, define o agricultor familiar e empreendedor rural como aquele que exerce as atividades no meio rural, sendo que, não detenha de nenhum título e área maior que quatro módulos fiscais; utilize mão de obra predominante da própria família nas tarefas econômicas do seu empreendimento e tenha renda percentual familiar originada pelas atividades econômicas do seu estabelecimento. (BRASIL, 2006). Esta Lei institui as diretrizes para a elaboração de políticas nacionais para a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, regularizando o termo “agricultura familiar” e diferenciando-a da concepção de empresa capitalista do campo (NEVES, 2012).

De acordo com Ploeg (2014), a agricultura familiar é compreendida como um fenômeno de difícil compreensão. Para ele, a agricultura familiar não é apenas para os pequenos agricultores, ou seja, aqueles que produzem em pequenas escalas, mas, também aqueles agricultores e agricultoras que produzem em grande escala, desde que seja a própria família dona dela e ela mesma faça o manuseio. Assim, a agricultura familiar tem como uma das suas principais características a administração da propriedade onde são realizadas as atividades pelos indivíduos do mesmo sangue ou casamento, ou seja, um método de produção entre pessoas da mesma família. (ABRAMOVAY, 1997).

Ressalta-se que, embora o conceito de “agricultura familiar”, engloba a relação familiar na produção e manutenção do empreendimento, o desenvolvimento dessa agricultura não se dá exclusivamente para o consumo, há também uma forte vinculação com o mercado, fundamental ao desenvolvimento tanto da categoria quanto ao desenvolvimento do país, uma vez que, a agricultura familiar responde por 70% da produção de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (KAFRUNI e MEDEIROS, 2020). Assim, esta categoria social e sua relação com o mercado precisa ser olhada e tratada também do ponto de vista das políticas públicas, uma vez que, a comercialização constitui-se uma dificuldade ao desenvolvimento da agricultura familiar. Sendo assim, o acesso ao mercado é, portanto, essencial ao seu desenvolvimento.

3.1. Mercados e comercialização para a agricultura familiar: importância e desafios

Quando pensamos em comercialização de determinado produto, é preciso perceber e considerar aquilo que o mercado demanda, por exemplo, qualidade, diferenciação, normas

O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha:...

sanitárias, exigências ambientais, quantidade, etc. No entanto, para além dessas questões, faz-se necessária também a compreensão de que o mercado se estende a outros âmbitos que vão além da relação entre oferta e demanda (FIDA, 2018).

De acordo com Ploeg (2016), os mercados são locais em que, ou estrutura através das quais, bens e serviços são trocados. Esses locais ou estruturas conectam direta ou indiretamente produtores e consumidores. Constituem, portanto, os locais em que ocorrem as transações e os respectivos fluxos de mercadorias.

No caso da agricultura familiar, por muito tempo, o estudo do papel do mercado se limitava ao entendimento dos mecanismos de comercialização da produção e de acesso aos insumos para a produção, sem levar em conta a necessidade de que, no processo de mercantilização, fosse considerado também a perspectiva de interação social e cultural (FIDA, 2018).

Assim, para além do entendimento do mercado enquanto local de trocas mercantis, da organização interna dos agricultores, as estratégias de gestão adotadas, os estudos de mercados, dentre outros mecanismos, fazem-se necessário também a atuação do Estado no sentido de melhorar o mercado e a consequente comercialização da categoria. Desse modo, a inserção da agricultura familiar no mercado envolve para além dos aspectos econômicos também a organização social e a criação de políticas públicas.

Dentre os mercados nos quais a agricultura familiar tem inserido seus produtos, destacam-se, nos últimos anos, os mercados institucionais, especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) os quais foram criados com o propósito de incentivar o avanço da agricultura familiar local e auxiliar no combate contra a miséria e pobreza no campo (SANTANA e LIMA, 2018)

No mercado institucional, o PNAE, popularmente tratado como “merenda escolar”, é responsável pela compra de alimentos advindos da agricultura familiar para a merenda escolar da rede pública, com vistas ao oferecimento de alimentação capaz de suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos de todas as etapas da educação básica pública (FNDE, 2017). O PNAE, da forma como é executado hoje, surge a partir da reformulação, em 2009, pela Lei 11.947/ 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (BRASIL, 2009).

De acordo com a referida Lei, fica estabelecido em seu artigo 14 que, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no mínimo, 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios vindos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, dando prioridade os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Assim, segundo Silva (2015), o PNAE contribuiu para o crescimento na aprendizagem dos alunos, já que proporcionou uma alimentação mais saudável para os mesmos. Além disso, também gerou bons resultados na renda dos agricultores, possibilitando um avanço no desenvolvimento social e econômico local.

Através do PNAE os agricultores conseguem vender sua produção com um valor mais justo, eliminando a presença do atravessador desse processo, possibilitando a compra dos produtos diretamente com os agricultores. Desse modo, busca-se a valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais, além de motivar esses produtores com o pagamento da sua produção com um preço justo, incentivo à geração de novos modelos de negócios e também à geração de empregos para os indivíduos pertencentes a essas comunidades (HAN et al., 2017)

Além do PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui outro importante mercado para a agricultura familiar. Este programa possui dois propósitos básicos: incentivar a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação. Para tanto, o programa obtém alimentos produzidos por meio da agricultura familiar e encaminha as pessoas em condições de risco nutricional e alimentar e também contribui para repor os estoques públicos de alimentos produzidos por meio dos agricultores familiares (ASCOM/MDS, 2012).

O PAA foi instituído pelo Art.19 da lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi posteriormente modificada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA foi ainda normatizado por vários decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (SESAN, s/n). O PAA está dividido por modalidades, sendo que cada uma possui um objetivo específico e para cada uma é destinado um valor diferenciado. As modalidades do programa são: Compra com doação simultânea; compra direta; apoio a formação de estoque; incentivo a produção e consumo de leite- PAA leite e a compra institucional (FIDA, 2018).

O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha:...

O PAA é umas das principais políticas de auxílio à agricultura familiar no Brasil, por intermédio dessa iniciativa, cooperativas, associações e agricultores comercializam seus produtos para os órgãos públicos (BRASIL, 2020). Assim como o PNAE, o PAA também beneficiou de modo significativo a agricultura familiar, contribuindo com a movimentação de dinheiro para a economia local, e posteriormente ajudando no desenvolvimento das comunidades por meio do estímulo de cada indivíduo para a exploração do espaço rural de uma forma mais racional e preservação da cultura alimentar da região (DELGADO, CONCEIÇÃO E OLIVEIRA, 2005).

Em síntese, a existência e a importância dos mercados institucionais, é fundamental para a criação de outros espaços destinados à comercialização dos produtos da agricultura familiar, tendo em vista que, nem todos os agricultores familiares acessam estes mercados e que a diversidade de espaços para a comercialização dos produtos é fundamental para que os agricultores familiares não fiquem dependentes de mercados específicos. Assim, espaços tais como as feiras convencionais, feiras de agricultura familiar e economia solidária, supermercados, dentre outros são muito importantes. Na Bahia, um importante espaço destinado a comercialização dos produtos da agricultura familiar foram os Armazéns da Agricultura Familiar e Economia Solidária no município de Serrinha, o qual constitui aqui objeto de análise.

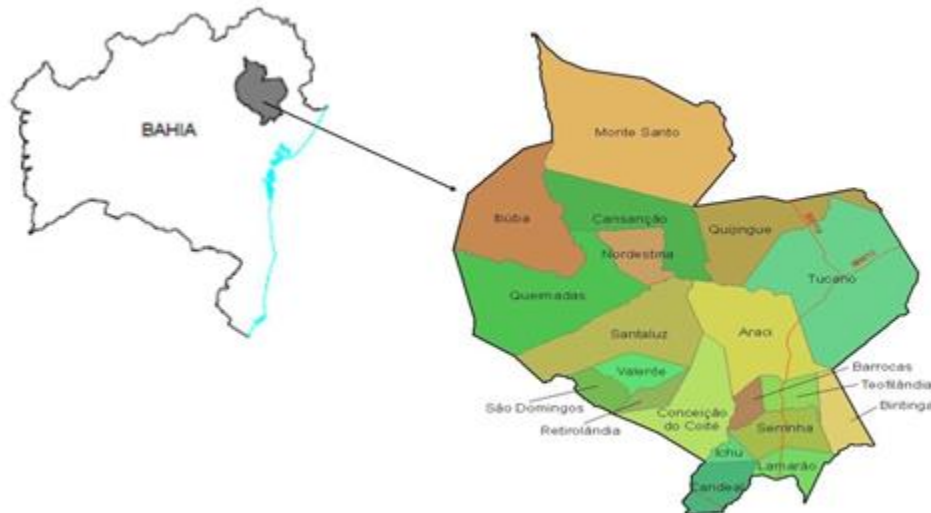
4. O armazém da agricultura familiar e economia solidária: criação, funcionamento e contribuições para à agricultura familiar do Território do Sisal

O primeiro Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária foi criado em 2013 no Município de Serrinha- BA, o qual está localizado no Território de Identidade do Sisal, juntamente com outros 19 municípios: Serrinha, Araci, Barrocas, Biritinga, Canção, Candeal, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Valente, Tucano, Teofilândia e Quijingue. A Figura 1 apresenta o Território de Identidade do Sisal e os 20 municípios que o constitui com destaque para o município de Serrinha.

O Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária é um espaço em que diversos agricultores não só da região do Sisal, mas também de toda a Bahia tem para comercializar sua produção. O Armazém busca contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar e

economia solidária na Bahia, tendo como referência o território do Sisal. A criação do Armazém foi parte do programa Vida Melhor no Campo, do governo estadual, e contou com um investimento superior a R \$1 milhão das secretarias da Indústria, Comércio e Mineração e de Agricultura (BAHIA NOTÍCIAS, 2013).

Figura 1. Mapa do Território do Sisal, com destaque para a sua localização no estado da Bahia.



Fonte: Adaptado do PTDRS (2012).

Geograficamente, o Armazém Central da Agricultura Familiar fica localizado na cidade de Serrinha, Bahia, na BR 116 no Território do Sisal. O empreendimento é responsável pela comercialização dos produtos da economia solidária e da agricultura familiar, dando prioridade aos pedidos gerados pelos mercados institucionais como, o PAA E O PNAE (MARTINS e SOARES; FERREIRA, 2017).

Sob a administração da Arco Sertão Central, o Armazém conta com uma grande edificação em que boa parte do espaço é direcionado para comercialização dos produtos, outra parte do espaço é destinada para a área da administração, cozinha, refeitório e também para o auditório, onde são realizados eventos de formação. O espaço conta com uma área construída equivalente a 472 m² em uma área total de 3000 m² e localiza-se a cerca de 3 km do centro da cidade de Serrinha-BA (ASABRASIL, S/N; MARTINS e SOARES; FERREIRA, 2017). A Figura 2 apresenta a fachada do Armazém localizado em Serrinha, Bahia.

Figura 2. Fachada do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha.

O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha:...



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

No que se refere a sua capacidade, o Armazém chega a acolher até 150 cooperativas e tem capacidade para abrigar até 150 toneladas de produtos secos e 15 toneladas de produtos congelados ou refrigerados (ASBRAER, S/A). Em sua formalização, contou com o suporte do Movimento de Organização Comunitária (MOC), Centro Público de Economia Solidária (CESOL), União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR) e Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) (OLIVEIRA; DIAS; OLIVEIRA, 2019).

Segundo Oliveira, Dias e Oliveira (2019.) o Armazém Central da Agricultura Familiar nasceu após as dificuldades na venda da produção, vivenciada por agricultores e agricultoras que residiam na região, e não tinha suporte para a comercialização dos seus produtos. Assim, esse espaço possui grande importância na viabilização da comercialização para o Território e para os empreendimentos que nele comercializam, os quais se estendem para além deste do Território do Sisal.

A organização funciona como um ponto de escoamento para produtos derivados da agricultura familiar advindos do trabalho dos agricultores. Além disso, o empreendimento busca o empoderamento da mulher por meio de palestras, rodas de conversas etc. (OLIVEIRA, DIAS e OLIVEIRA, 2019).

O Armazém tem sido um importante espaço para a comercialização dos produtos dos agricultores que estão inseridos no empreendimento. Muitos desses agricultores não tinham local

disponível para comercializar seus produtos, outros, por conta dessa dificuldade, não tinham interesse em trabalhar com produtos da agricultura familiar, mesmo tendo local para produzir. Assim, a criação do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária representou muito mais que um espaço de comercialização, foi também um incentivo e um fator de motivação para os agricultores (MARTINS; SOARES; FERREIRA, 2017).

Segundo informações do Jornal A Tarde (2018), o Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária do município de Serrinha-BA tem beneficiado cerca de 160 empreendimentos do setor produtivo, não só da região do Sisal, mas também de toda a Bahia. Esse espaço funciona em associação com cerca de 45 Cooperativas onde o mesmo consegue auxiliar na renda de aproximadamente 2.363 famílias. Algumas dessas cooperativas que fazem parte da rede são: Cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC GRAVETERO); Cooperativa da Agricultura Familiar de Conceição do Coité-BA (COOPAFAM) e a Cooperativa dos Produtores de Artefatos em Couro da Comunidade do Distrito de Tracupá (COOPACT COURO). Tal informação revela o caráter abrangente de alcance do empreendimento, beneficiando diversas famílias que antes não tinham um espaço adequado para o comercializar sua produção.

Um dos benefícios que o Armazém vem trazendo para o Território do Sisal é a comercialização de produtos orgânicos, ou seja, alimentos produzidos de modo sustentável, sem o uso de agrotóxico. Desse modo, a organização traz a certeza e confiança ao consumidor ao adquirir os produtos comercializados quanto a sua qualidade e ausência de agrotóxicos (MARTINS, SOARES e FERREIRA, 2017).

Uma outra vantagem que o armazém traz é relacionado ao uso do modelo agroecológico. Segundo Caporal (2009) esse modelo surge como alternativa viável para a agricultura familiar na tentativa de criar condições para a preservação da atividade e do grupo social através de projeto de desenvolvimento sustentável. Portanto, a agroecologia vem como um aliado para a agricultura familiar, já que tem como fundamento o uso mínimo de produtos químicos, ou seja, tem o papel de desenvolver agroecossistemas com pouca dependência de insumos químicos e energéticos externos (ALTIERI, 2004).

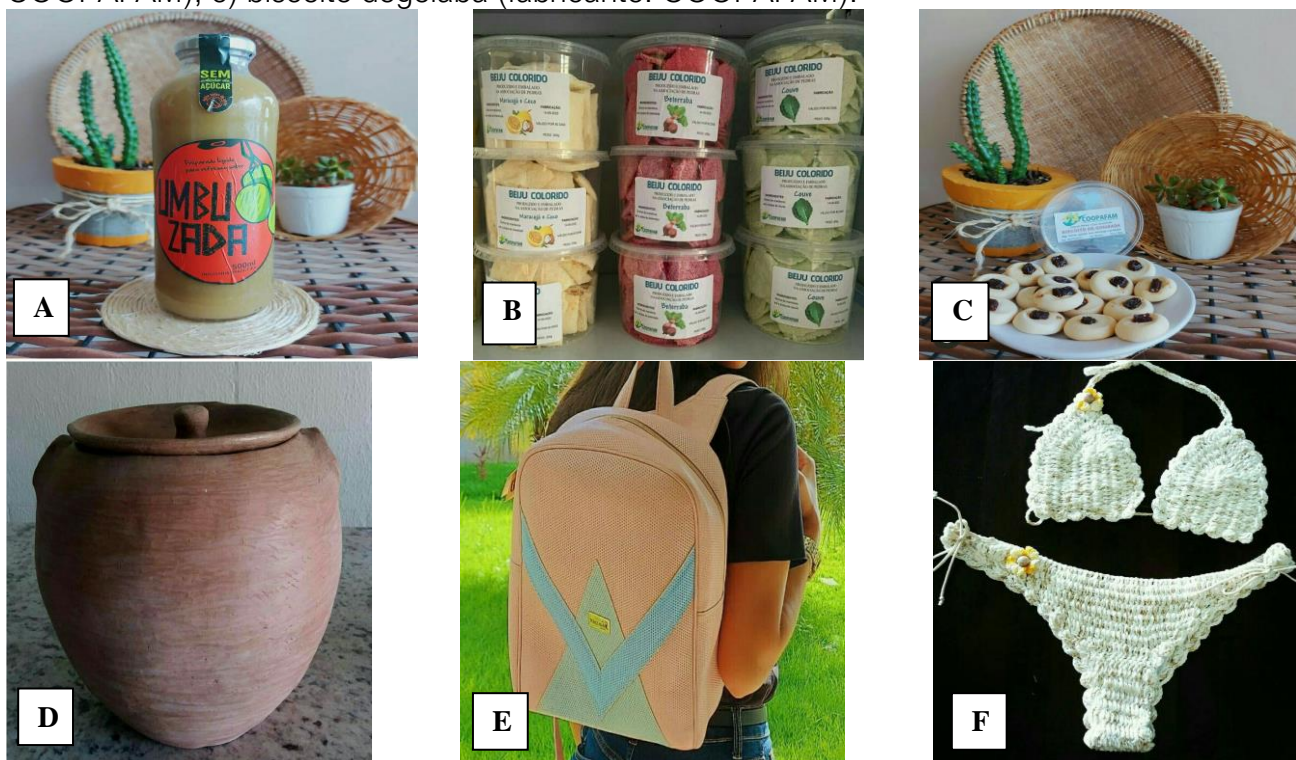
De acordo com informações coletadas na página do Facebook do Armazém (2021), dentre os produtos comercializados no espaço, tem-se: café, biscoitos, beiju, cerveja de umbu,

O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha:...

mel de abelha, castanha, achocolatados, bolsas, carteira, chapéus, vestidos e biquínis de crochê, panela de barro, utensílios a base de madeira, sequilhos, beiju, polpas de frutas, café, hortaliças e entre outras.

A figura 3 ilustra alguns produtos alimentícios (A, B, C) e artesanais (D, E, F) comercializados no Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha.

Figura 3. Alguns produtos alimentícios comercializados no Armazém. A) umbuzada (fabricante: Cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC Graveteiro); b) beiju colorido (fabricante: Cooperativa da agricultura familiar de Conceição do Coité, BA - COOPAFAM); c) biscoito degoiaba (fabricante: COOPAFAM).



Fonte: Instagram do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha, 2021.

O Armazém além de ser uma política pública, é responsável, desde sua criação, por potencializar e garantir a comercialização dos produtos derivados da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Esses produtos vêm causando mudanças tanto na vida de diversas famílias, como também em grupos e cooperativas que estão situadas no território. Esse empreendimento vem auxiliando cada vez mais no crescimento da renda de vários agricultores e agricultoras familiares, contribuindo para a redução de um problema significativo para a agricultura familiar, a comercialização (BAHIA,2020; ASA BRASIL, S/N).

5. Considerações Finais

A agricultura familiar possui grande importância para o país, sendo responsável pela produção de diversos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Essa categoria social também enfrenta uma diversidade de desafios, dentre os quais, o acesso ao mercado. Contudo, apesar das dificuldades a agricultura familiar continua crescendo constantemente, incentivando o desenvolvimento político, econômico e social de muitas comunidades.

Em virtude dos fatores mencionados é perceptível a importância da economia solidária aliada à agricultura familiar para o fortalecimento dos indivíduos, pois, coletivamente, os sujeitos têm maior capacidade de mobilização, inserção no mercado e de luta por direitos e por políticas públicas, as quais ainda são, muitas vezes, precárias.

Percebe-se que os mercados institucionais, especificamente o PAA e PNAE têm contribuído bastante para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, no entanto, esses mercados não são suficientes, já que, nem todos os agricultores familiares o acessam. Assim, é fundamental a inserção dos produtos em outros espaços.

Nesse sentido, o Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha, tem se revelado um espaço importante para a comercialização dos produtos da agricultura familiar não somente do território, mas também de outras regiões do estado da Bahia, proporcionando o escoamento de produtos da agricultura familiar e economia solidária que antes não havia um local apropriado para a comercialização. Além disso, o Armazém também contribui para a geração de emprego e renda, auxiliando na independência financeira dos agricultores.

6. Referências

ALCÂNTARA, F. H. C. **Economia Solidária: o dilema da institucionalização**. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. Da economia social para a economia solidária. 2015. **Tese** de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acesso: 17 ago 2021.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. "Uma nova extensão para a agricultura familiar". In: Seminário

O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha:...

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, *Anais*, 1997.

ASBRAER. **Serrinha ganha prêmio de armazém da agricultura familiar e economia solidaria.** Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/1693-serrinha-ganha-primeiro-armazem-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria>. Acessado em 03 de setembro de 2021.

ASA BRASIL – Articulação Semiárido Brasileiro. **Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidaria de Serrinha-BA comemora três anos.** Disponível: <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9381-armazem-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria-de-serrinha-ba-comemora-tres-anos>. Acesso: 06 de setembro de 2021.

ARMAZÉM DE SERRINHA. **Facebook -Fotos.** Disponível em: <https://www.facebook.com/armazem.arcosertao>. Acesso em: 06 de setembro de 2021.

ATARDE. **Armazém da agricultura familiar e economia solidaria completa cinco anos.** 2018 Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/portalmunicipios/nordeste/noticias/1942725-armazem-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria-completa-cinco-anos>. Acessado em: 03 de set. de 2021.

BARRETO, R. O.; LOPES, f. T.; PAULA, A. P. P. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em minas gerais e são Paulo, *Anais...* XXXV Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. **Lei n.º LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da política Nacional da agricultura familiar e empreendimentos Familiares rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 24 jul, 2006. Seção 1. pt. 1.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.html. Acesso em 23 de setembro de 2021.

BRASIL. **Entenda como funciona o programa de aquisição de alimentos.** 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acessado em: 04/09/2021.

BRASIL, secretaria especial de desenvolvimento social. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>. Acessado em: 03/09/2021.

GOVERNO DA BAHIA. **Armazém da agricultura familiar de serrinha já comercializou mais de 3 milhões em 2017.** 2017. s/n. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2017/11/noticias/agricultura-familiar/armazem-da-agricultura-familiar-de-serrinha-ja-comercializou-r-3-milhoes-em-2017/>. Acessado em: 03/09/2021.

GOVERNO DA BAHIA. **Programa Rural Produtivo traz café, pão natural e Armazém da Agricultura Familiar neste sábado.** 2020. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2020/09/destaques/c1-destaque-slide/programa-rural-produtivo->

[traz-cafe-pao-natural-e-armazem-da-agricultura-familiar-neste-sabado/](#). Acessado em: 03/09/2021

BAHIA NOTÍCIA. Estado inaugura primeiro armazém de agricultura familiar e economia solidária. 2013. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/132844-estado-inaugura-primeiro-armazem-de-agricultura-familiar-e-economia-solidaria.html>. Acesso em 24 de set. de 2021.

CARVALHO, Keila Lúcia. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. Universidade acadêmica do Rio de Janeiro. Ipea 47, *Anais* do I circuito de debates acadêmicos. code 2011.

CARVALHO, R. A. A. de; PIRES, S. D. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. *Soc. Estado*. v.16, n.1-2, Brasília, jun./dez. 2001.

CEPAL/FAO/IICA. Fomento de circuitos cortos como alternativa para la promoción de la agricultura familiar. *Boletín CEPAL/FAO/IICA*, 2, 2014.

COMISSÃO ORGANIZADORA. I Conferência Nacional de Economia Solidária “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Brasília. Junho de 2006.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. 40 anos de anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo. *Revista Contag*. Distrito Federal, Editora: eletrônica e capa. Volume 1. s/n. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

CONAB. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. ASCOM/MDS. Nov/2012.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. *Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Brasília, 2005.

NUMEI ECOSOL. *Economia solidária*. Numi Ecosol UFSCAR. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso: 10 de Agosto de 2021.

FBES - Forum brasileiro da economia solidaria. *Cartas de princípios da economia solidária*. Publicado em: 2 de maio de 2005. Disponível: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/> em: acessado: 09 de agosto de 2021.

FIDA- FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. *Principais canais de comercialização da agricultura familiar*. Salvador. 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al(Orgs.). *Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2006.

FNDE. PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2017. Disponível em: www.fnde.gov.br/programa/pnae. Acesso em: 07 de setembro de 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª Edição. São Paulo. Atlas. 2002.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. *Três gerações de políticas públicas para a agricultura*

O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha:...

familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural- RESR. Vol. 52. 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 28 nº 82 . junho/2013.

HAHN, C.L. et al. **Análise de mercado dos produtos da agroindústria familiar: Estudo de caso do perfil do consumidor e do produtor Santo-Angelense – Rio Grande do Sul – Brasil**. Espacios, Caracas, v.38, n.21, p.5, 2017 Disponível em:

<https://www.revistaespacios.com/a17v38n21/a17v38n21p05.pdf> . Acesso em: 01 de setembro de 2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em 23 de Jul. de 2021.

KAFRUNI, Simone; MEDEIROS, Israel. **Agricultura familiar garante 70% da mesa do brasileiro, mas está longe do agro 4.0**. 2020. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/09/4878333-desigualdades-no-campo.html>. Acesso em 23 de Set. de 2021.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**, 2002. Disponível: https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf Acesso em: 15 de agosto de 2021.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014. Link: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf/

MARTINS, Sílvia; SOARES, José Vicente; FERREIRA, Daniel. Na trilha da gestão social da res publica A experiência do armazém da agricultura familiar e da economia solidária no território do Sisal/Bahia. **Rev. Mundo do trabalho contemporâneo**, São Paulo, v.1., p.112-125. 2012.

MARSDEN, T.; BANKS, J. & BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40 (4), 2000. P.424-438.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et. al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Vanderleia; DIAS, Acácia; OLIVEIRA, Ildes. **Gênero e agricultura familiar: a experiência do armazém da agricultura familiar e economia solidária no município de Serrinha-Bahia**. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/download/3937/3158>. acesso em: 06 de setembro de 2021.

PLOEG, Jan Douwe. **Dez qualidade da agricultura familiar**. 1 edição. Cidade: Revista Agriculturas, 2014.

PLOEG, Jan Douw. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio e SCHNEIDER, Sérgio. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre. Editora

UFRGS. 2016.

SÃO JOSÉ, Antônio Brilhante; PEREIRA, Geusa da Purificação; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. O Programa “Mais Gestão”: Impactos para a comercialização das cooperativas de agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. **Espacios**. V. 38. Nº 46. 2017. Link: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n46/a17v38n46p19.pdf>

SINGER. P.; SOUZA A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2003. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-publication-449_pt.html. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

SINGER, Paul. **ECONOMIA SOLIDÁRIA**. 2002. V II. Disponível: <http://base.socioeco.org/docs/ecosolv2.pdf#page=4>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Raphael. **Economia popular e solidária: uma opção aos excluídos do mercado formal de trabalho**. Rio de Janeiro: URFJ, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**. Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. Serie Documentos de Trabajo Nº 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile. setembro de 2013.

SANTANA, Luiz; LIMA, Felipe. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II. **Revista de extensão e Estudos Rurais**. V. 7, N.1 JAN.-JUN. 2018. Link: <https://1library.org/document/y4wv2lvq-programas-mulheres-assentamento-serrote-programs-effects-settlement-serrote.html>

SILVA, M.G. et al. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.53, n.2, p.289-304, Abr.-Jun. 2015. DOI.: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005302006>

SILVA, C.V.A. et al. Agricultura familiar e mercado institucional de alimentos: ensaio crítico a partir de um projeto de pesquisa e extensão. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2015.

Licença:



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)